

SUMÁRIO

NOTA DO AUTOR	13
APRESENTAÇÃO	15
PREFÁCIO	17
<i>Capítulo 1</i>	
<hr/>	
INTRODUÇÃO	25
<i>Capítulo 2</i>	
<hr/>	
INQUÉRITO POLICIAL: DA ORIGEM PRÉ-REPUBLICANA À RECOGNIÇÃO CONSTITUCIONAL DEMOCRÁTICA	29
2.1. Constitucionalização do processo penal e processualização do inquérito policial	32
2.2. Sistemas processuais penais e investigação criminal: um olhar para além da dicotomia inquisitório-acusatório	40
2.3. Modelos de investigação criminal: por uma solução imbricada ao contexto jurídico e geopolítico nacional.....	47
<i>Capítulo 3</i>	
<hr/>	
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL: O PARADIGMA DA DIGNIDADE HUMANA.....	59
3.1. Funções do inquérito policial e dignidade humana: elo entre segurança pública e justiça criminal.....	61
3.2. Investigação criminal humanista: dignidade procedimental e mandamentos de otimização de princípios-garantias	68

Capítulo 4

DEVIDO PROCESSO LEGAL E INCIDÊNCIA DE GARANTIAS NO INQUÉRITO POLICIAL.....	73
4.1. Devido processo legal como cláusula de segurança: balizas da conduta estatal ultrajante e da Justiça Procedimental.....	75
4.1.1. Devida investigação criminal e intensidade na aplicação de garantias em sede policial.....	80
4.1.2. A dependência da memória humana na investigação criminal: ponderações diante da interlocução com conhecimentos extrajurídicos.....	82
4.1.3. Testemunhos extrajudiciais: o inquérito policial como procedimento preferencialmente oral e a superação da inquisitorialidade escrita.....	92
4.1.3.1. Técnicas de entrevista investigativa: ferramenta de compatibilização com a devida investigação criminal.....	106
4.1.4. Microssistema de proteção a vítimas e testemunhas: caminhos para uma abordagem humanista e epistêmica.....	118
4.1.4.1. Lei Maria da Penha: dignidade procedimental no subsistema de proteção às mulheres.....	121
4.1.4.2. Lei de Depoimento Especial e Lei Henry Borel: dignidade procedimental no subsistema de proteção às crianças e adolescentes.....	134
4.1.4.3. Obrigações positivas: devida diligência investigativa.....	152
4.1.5. Reconhecimento de pessoas: novo olhar para a produção probatória no inquérito policial.....	159
4.2. Legalidade: de preceito normativo positivo a garantia mínima na atuação investigatória criminal.....	172
4.2.1. Natureza e regime jurídico do inquérito policial: de procedimento administrativo pré-processual para etapa extrajudicial do processo penal.....	174
4.2.2. Oficiosidade: superando o mito irracional da obrigatoriedade de instauração do inquérito policial.....	177
4.2.2.1. Investigações preliminares sumárias: contenção pela justa causa para a instauração de inquéritos policiais.....	191
4.3. Vedação às provas ilícitas: os vícios do inquérito policial e a blindagem da ação penal.....	204
4.3.1. Provas e elementos informativos: propostas para lidar com a ficção jurídica das provas repetíveis.....	211
4.4. Estado de inocência: por um dimensionamento nos atos do inquérito policial.....	219

4.4.1.	Atos e juízos decisórios do inquérito policial: desconstrução do aforismo <i>in dubio pro societate</i>	222
4.5.	Reserva jurisdicional: a proteção a direitos fundamentais a partir das medidas cautelares e a capacidade postulatória do delegado de polícia	226
4.5.1.	Medidas cautelares: o inquérito policial como espaço principal de aplicação da reserva jurisdicional.....	230
4.6.	Contraditório: preceito (im)possível na investigação preliminar?	242
4.6.1.	Superação do rótulo da inquisitorialidade e o caráter apurativo como contraponto garantista	246
4.7.	Ampla defesa: relutâncias e avanços à participação do investigado e da defesa técnica.....	248
4.7.1.	Uso de força letal por agentes estatais: citação e constituição de defesa técnica no inquérito policial.....	251
4.7.2.	Indiciamento: propostas para a demarcação de garantias	256
4.8.	Não autoincriminação: inquérito policial como palco principal de pertinência	265
4.8.1.	Interrogatório policial e confissões: contenções e parametrizações garantistas	268
4.9.	Igualdade das partes (paridade de armas): entre atuações insuficientes, supletivas ou sobrepostas	278
4.9.1.	Investigação criminal direta pela acusação: convalidação jurisprudencial, apuração enviesada e desequilíbrio de forças	278
4.9.2.	Investigação criminal defensiva: balanceamento na repartição de poderes e o direito de defender-se provando	285
4.10.	Publicidade: transparência e modulação do acesso aos autos investigatórios.....	290
4.10.1.	Publicidade restringível: entre o segredo arbitrário e o espetáculo sensacionalista.....	292
4.10.2.	Sigilo interno e dever de divulgação do material probatório	304
4.11.	Motivação: contornos para o controle de decisões no inquérito policial..	307
4.11.1.	Condução da investigação criminal: pela consolidação da autonomia funcional (ou independência técnico-jurídica) do delegado de polícia	310
4.12.	Imparcialidade: isenção e desvinculação dos sujeitos parciais	317
4.12.1.	Pela suplantação da visão unidirecional do inquérito policial.....	319
4.13.	Delegado de polícia natural: segurança jurídica para investigantes e investigados.....	323

4.13.1. Investigante natural: recalcitrâncias à proposição lógica e garantista	324
4.14. Duração razoável do processo: conciliação entre garantias e eficiência na investigação criminal.....	326
4.14.1. Encerramento do inquérito policial: a autonomia como atributo garantista	334
4.14.2. Casos penais de menor potencial ofensivo: descompassos hermenêuticos em detrimento dos espaços de garantias	339

Capítulo 5

CONCLUSÕES.....	349
REFERÊNCIAS	359
POSFÁCIO	397